



## A LUTA PELA E NA TERRA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DAS PRIMEIRAS LIGAS CAMPONESAS DO NORDESTE

Thais Patricia Paulino da Silva

Universidade Federal de Alagoas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Alagoas, Brasil  
[tatypjmp@gmail.com](mailto:tatypjmp@gmail.com)

Avelar Araújo Santos Junior

Docente no Programa de Pós-graduação em Geografia, na Universidade Federal de Alagoas,  
Campus A.C. Simões, Maceió, Alagoas, Brasil  
[avelar.junior@igdema.ufal.br](mailto:avelar.junior@igdema.ufal.br)

**RESUMO** – A luta pela terra é um processo contínuo que dura séculos no território brasileiro. Durante o início do século XX, agentes importantes fizeram histórias na luta por terras, dignidade e direitos. Até hoje, não houve no nosso país uma reforma agrária, capaz de suprir as necessidades do povo que durante décadas enfrenta os poderes hegemônicos na luta pela terra. A presente pesquisa trata-se de uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo sobre uma importante temática que é o processo geo-histórico da luta pela e na terra no Brasil. O trabalho tem como objetivo discutir como o povo camponês, organizado pela primeiras Liga Camponesas do Brasil conseguiram desafiar a estrutura fundiária contestando o sistema agrário do país, organizando o povo e usando as terras que antes não tinham função social dando protagonizando por meio da organização camponesa, uma luta na terra continuada e combatente de forma coletiva, social e justa na defesa pelo direito sagrado à terra contra todo tipo de latifúndio.

Palavras-chave: Luta pela e na terra; Ligas Camponesas; Camponês; Resistência.

## THE FIGHT FOR AND ON LAND IN BRAZIL: AN ANALYSIS OF THE FIRST PEASANT LEAGUES IN THE NORTHEAST

**ABSTRACT** – The struggle for land is an ongoing process that has lasted centuries in Brazilian territory. During the early 20th century, important agents made history in the struggle for land, dignity and rights. To this day, there has been no agrarian reform in our country capable of meeting the needs of the people who have been fighting for land for decades against hegemonic powers. This research is a qualitative bibliographical study on an important theme, which is the geohistorical process of the struggle for and on land in Brazil. The work aims to discuss how the peasant people, organized by the first Peasant League of Brazil, managed to challenge the land structure by contesting the country's agrarian system, organizing the people and using land that previously had no social function, leading, through peasant organization, a continued and combative struggle for land in a collective, social and fair way in defense of the sacred right to land against all types of latifundia.

Keywords: Struggle for and on the land;. Peasant leagues; Peasant; Resistance.

### INTRODUÇÃO

A luta pela e na terra no Brasil é constante e faz parte do processo de formação socioespacial do país. A terra, por muito tempo, foi vista como um espaço coletivo pelas populações originárias que já viviam no Brasil. Com o processo de colonização na América, sobretudo no nosso país, o valor da terra deixou de ser associado à coletividade e passou a ser uma mercadoria, voltada para uma natureza mercadológica, integrada a sentimentos de poder.

Nesse sentido, o início das desigualdades territoriais no Brasil e a luta pela terra dá-se no processo de ocupação, tomada e exploração do território pelos colonizadores portugueses, nos quais massacraram os povos que viviam na terra e conduziram uma nova configuração socioespacial de uso do espaço geográfico. Dessa forma, para Raffestin (1993), o espaço é ocupado por pessoas ou agrupamentos que se colocam ao acaso, regulares ou concentrados, e através de relações variadas, surge um sistema de malhas, nós e redes, constituindo o território, diferenciando em seu funcionamento através das ações dos indivíduos

Desse modo, o território é uma importante categoria de análise das ciências humanas, sobretudo, a geografia, que é capaz de responder a algumas lacunas existentes na forma, estrutura, processo e função, pelos quais os lugares foram configurados. Segundo Jean Gottman (2012), o território é composto por componentes materiais ordenados no espaço geográfico [...] os componentes naturais dos territórios são delimitados pela ação humana e são utilizados pelo um certo número de indivíduos por algumas razões particulares, sendo os usos e intenções determinadas por uma ação política. O território é constituído, produzido por sujeitos, organizando o espaço segundo seus próprios objetivos.

O território para Santos (2012), é sinônimo de espaço geográfico, território usado por todos os agentes e formado por um conjunto de objetos e ações que são capazes de transformar e dinamizar o espaço. Ele também pode ser compreendido por meio das ações geradas por cada indivíduo que produz e reproduz valores e dão sentido a um conjunto de intenções que determinam a organização do espaço. O território revela as relações de poder, o poder é exercido por um grupo, por pessoas que usam e agregam valores.

Assim, para compreender o processo histórico da luta pela e na terra no Brasil, é importante entender o território, a categoria território, que é o ponto de partida para uma análise socioespacial da questão camponesa brasileira. Dessa forma, essa pesquisa traz uma análise sobre a questão da luta pela e na terra no território nacional, destacando o papel das primeiras Ligas Camponesas do Nordeste na condução do processo de luta e resistência no campo.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa foi desenvolvida de forma bibliográfica, com caráter qualitativo, através de leituras e estudos sobre a temática, dando ênfase à formação das primeiras Ligas Camponesas no Brasil como instrumento de luta pela e na terra. O trabalho destaca o território nordestino como berço das Ligas Camponesas, elevando a importância da organização popular no processo de luta e resistência pelo direito sagrado à terra.

A pesquisa tem como método o materialismo histórico dialético, entendido como uma base para compreender o mundo, pois é através do materialismo histórico que podemos entender as ações criadas ao longo do tempo, e assim, através dessa dialética, que se dá por meio do movimento das coisas que conseguimos nos encontrar enquanto ser social, matéria de transformação do espaço geográfico.

Dessa forma, é possível observar que as Ligas Camponesas emergem como um fenômeno social e político de extrema relevância no contexto brasileiro, particularmente em um cenário de profundas desigualdades estruturais no campo. Sua criação e consolidação refletem uma resposta organizada às condições de exploração, concentração fundiária e negligência estatal que historicamente marcaram a dinâmica agrária no Brasil.

De acordo com Abreu e Lima (2012), a organização dos movimentos de trabalhadores rurais têm como partida uma visão de classe, trazendo para o centro do debate as contradições sociais entre o latifundiário, os usineiros e os coronéis na expropriação e exploração da terra. Os trabalhadores rurais foram se constituindo, se conscientizando e resistindo, reorganizando-se para enfrentar o grande latifúndio. Esse processo dialético, entre a luta concreta e a formulação

teórica, possibilitou avanços significativos na organização de demandas e na formação de lideranças que ecoaram em diversos movimentos sociais posteriores.

Além disso, é essencial considerar o papel da geografia social na compreensão do território como espaço de disputa. Como salientam Santos & Silveira (2005), “vivemos em um território vivo”, que não é apenas um local físico, mas um espaço de relações de poder. Assim, as Ligas Camponesas, ao se enraizarem no Nordeste brasileiro, transformaram o espaço em instrumento de luta, ressignificando a terra como direito e patrimônio coletivo, e não mera mercadoria.

Portanto, ao analisarmos o desenvolvimento das Ligas Camponesas sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético, evidencia-se que a luta pela terra transcende a dimensão econômica, assumindo um caráter profundamente político e cultural. Esse movimento dialético entre resistência e transformação social reforça a importância de estudar esses processos para compreender as lutas agrárias atuais, as quais continuam a buscar a democratização do acesso à terra e a justiça social no Brasil.

Nesse sentido, para trazer uma melhor compreensão sobre a luta camponesa no país, foi reforçado durante a referida pesquisa o termo camponês na perspectiva de Oliveira (2007). O autor explica o termo “Camponês no Brasil”, trazendo exemplos que melhor representam essa classe que é uma das mais presentes no processo de luta e transformação social.

## A LUTA PELA TERRA E SEUS AUTORES HISTÓRICOS

O sistema de Sesmarias foi criado em Portugal, no século XIV, pelo Rei D. Fernando como estratégia militar para ocupar ou colonizar terras comuns, comunais ou da comunidade, com objetivo de evitar invasões estrangeiras e também aumentar a produção agropecuária (Sesmarias, 2024). Os nobres beneficiados pelo rei com as terras, deveriam pagar foro ou pensão equivalente a um sexto de sua produção, estes eram considerados agentes oficiais do rei e também poderiam repartir suas terras em sesmarias para outros.

No Brasil, o sistema de Sesmarias permitiu uma condição de representante do Rei de Portugal aos donatários porque foi aplicado em conjunto com outro sistema, as Capitânicas hereditárias. A distribuição das terras para os nobres de confiança do Rei D. João III entre os anos de 1502 a 1557, fez parte do plano para garantir o domínio sob o território estabelecido no Tratado de Tordesilhas em 1500, ou seja, tinha objetivo de impedir a expansão da colonização espanhola. As oligarquias agrárias donatárias do rei organizadas em Capitânicas Hereditárias não eram obrigadas a pagar foro ou pensão, contudo, eram obrigados a pagar o dízimo a Igreja Católica e arcar com todas as despesas desta ocupação.

Este modelo de colonização baseado no assentamento de oligarquias agrárias para estender o poder do Rei de Portugal já havia sido aplicado na Ilha da Madeira, nos arquipélagos dos Açores. Desta forma, em 1530, após expedição dirigida por Martim Afonso de Sousa, as Capitânicas Hereditárias também foram aplicadas em terras do Brasil Colônia (Bezerra, 2024).

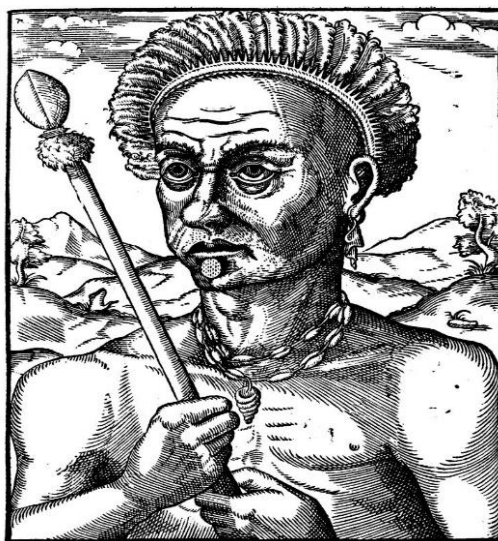
Tanto a coroa portuguesa quanto as oligarquias agrárias donatárias das Capitânicas Hereditárias temiam em alta conta a ocupação espanhola ou de outros países europeus, mas ignoravam completamente a capacidade de resistência dos povos originários pelo interior do território. Este foi um grave erro, que contribuiu imensamente para o fracasso deste modelo de distribuição do espaço agrário.

Entre as inúmeras lutas dos povos originários contra a colonização europeia e contra sua escravização, a Confederação dos Tamoios, entre 1554 a 1567, representou a maior rebelião destes povos em todo período do Brasil Colônia e a vanguarda transcendental da luta pela terra pelos povos originários em todo país. Uma grande guerra entre a nação do povo Tupinambá, Tamoios ou Tamuia e seus aliados franceses, contra os povos Temiminós e Tupiniquins aliados dos portugueses. Durante a guerra de resistência, os Tamoios montaram seu teatro de operações

entre Bertioga e Cabo Frio na capitania de São Vicente 1, inspirados e comandados pelo seu líder mais reconhecido historicamente, Cunhabebe. (Perrone-Moisés e Sztutman, 2001).

Interessante perceber, que a derrota da Conferência dos Tamoios pelas tropas do bandeirante português Mem de Sá não representou uma vitória das Capitânicas hereditárias ou da colonização portuguesa. Importante perceber também, que houve o sequestro das pautas dos povos originários pelas pautas europeias em meio da guerra. As disputas religiosas e entre modelos de colonização, não representavam os verdadeiros objetivos pelos quais os povos iniciaram sua guerra justa. Este sequestro da pauta, pode ter sido um dos motivos políticos da derrota militar sofrido pela heroica Conferência dos Tamoios.

**Figura 1.** Líder da Confederação dos Tamoios (Cunhambebe)



**Fonte:** Fonte: riomemorias.com.br.

Disponível em: <https://riomemorias.com.br/memoria/os-tamoios/>

Para que as oligarquias agrárias locais pudessem se manter nas terras e garantir a extensão do poder político da coroa portuguesa, não bastava apenas sucesso militar sobre os povos originários, era necessário conseguir fazer estas oligarquias agrárias prosperarem economicamente nestes territórios e para tanto necessitava de um modo de produção, que permitisse mais liberdade política aos donatários das capitânicas hereditárias, dando poderes para que distribuíssem terras entre seus subordinados – senhores de terras – como espólios pelos serviços prestados nas empreitadas militares ou na administração pública, e nestas áreas desenvolver monoculturas agrícolas em vastas extensões territoriais – latifúndios – para exportação internacional, sustentado por trabalho de pessoas escravizadas e a serviço da monarquia portuguesa. Este modo de produção foi copiado das colônias inglesas na América do Norte e nomeado de Plantation (Prado Jr, 2011).

O investimento neste modo de produção – plantation – seria economicamente inviável se caso tivesse que importar trabalhadores europeus assalariados, as demandas do serviço necessitavam grandes esforços manuais e correspondia pagamento de altos salários para convencer a vinda ou a busca de imigrantes. Como a coroa portuguesa já dominava o mercado de pessoas africanas escravizadas, desde meados do século XV, decidiu aplicar mão-de-obra escrava no Brasil Colônia para extrair renda satisfatória para as oligarquias agrárias locais e fortalecer seu Poder político sob o território (Furtado, 2005).

O primeiro navio negreiro com africanos escravizados aportou em Salvador no ano de 1535, vindos principalmente de Moçambique e Angola, regiões do Reino de Daomé, onde Portugal havia estabelecido relações comerciais e mantinha sua principal fonte de abastecimento para

mercado de escravos no mundo (Bezerra, 2024). Em 1597, surge os primeiros informes ultramarinos a coroa portuguesa sobre o Quilombo dos Palmares, que representou a maior resistência armada do povo africano escravizado no Brasil e de todo mundo (Freitas, 1978). Mais uma vez os europeus cometiam o mesmo erro, ignorar a capacidade de resistência dos povos oprimidos.

Como pode se perceber o latifúndio e a escravidão eram necessidades vitais para manutenção do poder político, econômico e militar da colonização portuguesa. Porém, estas condições tomava os territórios dos povos originários e roubava a liberdade dos povos africanos trazidos na condição de escravos. Importante observar, que os senhores de terras agora também se transformaram em senhores de escravos – donos das terras e das pessoas dentro delas.

### **PRIMEIRA LEI DE TERRAS, ESTATUTO DA TERRA E REFORMA AGRÁRIA - 1850 A 1988.**

Durante todo processo de luta pela terra no Brasil, o governo brasileiro não se preocupou em formular um plano governamental para assistir os povos sem-terra ou com pouca terra no país, principalmente depois da abolição da escravatura.

Vivemos em um país continental com vasto território. A terra é vista desde o processo de colonização portuguesas como uma propriedade privada, o que antes era uma propriedade compartilhada entre os povos originários que já existiam, habitavam e viviam da terra no Brasil, com suas diversidades, técnicas e organização territoriais.

Boa parte do Brasil pré-cabralino chegou a contar com população densas (provavelmente mais densas do que as que o país teria até as últimas décadas do século XIX, aliás), sociedades com hierarquias políticas complexas e multiétnicas, monumentos de respeito, rede de comércio que se estendiam por milhares de quilômetros e tradições artísticas espetaculares. Selvagens nus? Talvez seminus, mas dificilmente selvagens no sentido “adâmico” (Lopes, 2017, p. 12 - 13).

Segundo Lopes (2017), antes de Cabral chegar, já existiam no território brasileiro civilizações complexas que dominavam técnicas agrícolas e criações de animais, além do uso também da terra preta como combustível para criação de povoados de grande porte, características dos povos que habitavam a atual Manaus e Santarém, eles também utilizavam a terra para produção de cerâmicas e artes sobre o barro.

Com a chegada dos colonizadores, a terra foi vista como mercadoria e o território brasileiro foi despedaçado entre famílias e oligarquias a serviço de Portugal. Os povos originários foram massacrados, explorados, escravizados e rejeitados como parte do povo brasileiro. Indígenas e negros foram os primeiros povos sem-terra do Brasil que até hoje parte de cada um reflete a identidade dos povos camponeses espalhados neste Brasil que estão em processo constante de luta pela terra desde da primeira Lei de Terra do Brasil, no qual, mais uma vez negou, rejeitou e mutilou a cidadania dos povo brasileiro daqueles que deram o sangue na construção deste país. Os cidadãos tiveram seu direito sagrado a terra negados, como podemos analisar nos Art. 1º e 2º da Lei de nº 601, de 18 de setembro de 1850.

No artigo 1º é declarado pelo império que fica proibida a aquisição da terra por outros meios que não seja a de compra. No artigo 2º os que, se apossarem de terras devolutas ou de alheias, e nelas [...] e lhes puserem fogo, serão obrigados a despejo, com perda de benfeitorias, e de mais sofrerão a pena de dois a seis meses de prisão e multa de 100\$ réis, além da satisfação do dano causado.

Com a “Lei de Terras do Brasil”, o país permanecia essencialmente colonizado, não mais pela monarquia portuguesa, mas pelos ingleses. Com esta lei, existiam dois tipos de propriedades reconhecidas; 1) As terras dos grandes proprietários rurais; e 2) As terras devolutas ou sem título, pertencentes ao Estado.

Desta forma, só poderia ter propriedade quem herdasse ou comprasse do Estado ou dos latifundiários, para impedir que os povos nativos, povos escravizados ou remanescentes destes e brancos pobres não pudessem adquirir um pedaço de terra, eternamente explorado e oprimido pelas oligarquias agrárias. Neste período surgiu as fraudes documentais, conhecidas popularmente como “grilagem das terras”, onde os latifundiários falsificavam documentos de supostas doações de terras pela monarquia portuguesa para justificar sua posse ou propriedade sobre as terras do Estado.

No Brasil, o conceito de posse e propriedade foi aplicado de forma separada, onde na maioria das vezes os pobres do campo possuem as terras, mas não têm nenhum título de propriedade reconhecido pelo Estado. É notório que nada mudou, e os mesmos pilares da Lei de 1850, permanecem até os dias atuais. Uma classe dominante, que é a minoria deste país, é a que detém dos poderes e donos de muita terra, enquanto a classe que é a maioria dos brasileiros vivem a partir de pouco interesse dos governantes sobre as causas agrárias, com pouca ou sem nenhuma terra no Brasil.

Da Lei de Terras de 1850, para o Estatuto da Terra Lei de nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, se passaram 114 anos (Cento e Quatorze anos). Analisando os dois documentos, percebemos que só os anos passaram, porém os privilégios continuam os mesmos. A reforma agrária é um dever político do Estado, que deve garantir e buscar mecanismos e oportunidades ao acesso à terra, sendo condicionadas pela sua função social.

Porém, o que mais há no Brasil são latifúndios, sem nenhuma função social ou uso, no qual muitas vezes poderiam servir ou ser usados de forma cooperada, coletivamente por meio de uma reforma agrária feita do povo para o povo, sem a mediação do Estado. Como está assegurado através da do Art. 12 na Constituição Federal de 1988, que indica o direito da propriedade privada da terra cabe intrinsecamente a uma função social, que seu uso seja condicionado ao bem-estar coletivo.

Em 1964, acontece o golpe militar essencialmente assentado no mesmo modo de produção, mantendo relações sociais coronelistas dentro do país, permitindo e fortalecendo a continuidade do sistema latifundiário e seu monopólio sobre a economia, e mantendo relações semicoloniais com países de capitalismo desenvolvido.

Desta forma, consolidou-se um capitalismo atrasado de tipo burocrático no Brasil, onde a relação das propriedades públicas e privadas são monopolizadas por um conjunto de classes; latifundiários, banqueiros, grandes comerciantes nacionais e internacionais, que desenvolveram a partir do monopólio das instituições estatais, principalmente do monopólio das terras, a capacidade de evoluir suas formas de explorar e oprimir sem alterar a essência do modo de produção, conformando uma sociedade semifeudal e semicolonial.

#### A FORMAÇÃO DAS LIGAS NO BRASIL

A luta pela terra no Brasil é permeada pelo processo de organização das massas marginalizadas que de forma coletiva buscam seus direitos renegados. A formação das Ligas Camponesas no Brasil é marcada sobretudo, pelas transformações ocorrentes no campo no final da Segunda Guerra mundial, no qual o país acelerou o processo de penetração capitalista no campo, como a expansão do crédito.

Esse processo alterou as relações de produção no campo, permitindo a intervenção do Estado que fortaleceu a concentração fundiária, principalmente na região nordestina do Brasil. Em destaque, os estados que tinham como maior fonte econômica a produção do açúcar. Pernambuco foi o território onde as primeiras ligas camponesas nasceram, fruto do processo de expropriação do Estado.

Segundo Abreu e Lima (2012), a intervenção do Estado em Pernambuco levou à modernização conservadora, que solidificou a classe dominante. Mantem-se uma concentração fundiária que se acentuou em um caráter monocultor da economia, causando um baixo nível na renda da população, expropriando e proletarizando o produtor, que aos poucos foi perdendo seus direitos e terras com os espaços ocupados pela cultura de subsistência por causa da expansão da cana.

Ainda segundo a autora, nesse processo as pessoas mais atingidas foram os forreiros, parceiros e pequenos proprietários, que viviam relações consideradas não- capitalistas de trabalho no campo.

Famílias que residiam em engenhos e tinham o direito de plantar e cultivar a denominada lavoura branca (milho, mandioca e feijão). Essas pessoas também tinham a obrigação de prestar seus serviços com um ou três dias de trabalho por semana aos donos dos engenhos, recebendo um pagamento inferior àqueles destinados aos assalariados rurais que não moravam nos engenhos.

Com a expulsão dos moradores e a proibição dos cultivos as lavouras brancas, foi se estabelecendo no cenário do campo Pernambucano uma massa de trabalhadores camponeses, que, insatisfeitos, estavam dispostos a reivindicar seus direitos pela terra.

Como reação a esse processo de expropriação, se organizaram em meados dos anos 1950, as Ligas Camponesas (Abreu e Lima, 2012). Porém, segundo Cavalcanti (1985), na década de 1940 no pós-democratização, já existia no Brasil um movimento também denominado “Liga”, organizado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), que articulou aproximadamente mais de 100 Ligas, que estavam espalhadas por várias regiões do Estado de Pernambuco.

Havia Ligas em Timbaúba, Jaboatão, Moreno, Cabo, Palmares, Goiana, Carpina e em outros municípios nos arredores de Recife, Como a liga de Ipatinga, dirigida por José dos Prazeres, Amaro do Capim de Carlos Cavalcanti. Em 1946, Francisco Lima, presidente da Liga Camponesa de São Lourenço, foi assassinado por capangas da usina Tiúma (Cavalcanti, 1985.p 126 Apud Abreu e Lima, 2012, p.42).

Castro (1967), menciona que o objetivo inicial das Ligas foi defender os interesses dos mortos e não dos vivos. Os mortos denominados pelo autor, seriam aqueles que viviam com fome, as famílias camponesas que vivem na extrema miséria da miséria. Eram indivíduos que nunca foram proprietários de nada, nem de terra, nem de casa, nem mesmo do seu próprio corpo e nem da sua alma, sendo alugados a uma vida inteira aos senhores da terra.

Tudo isso só tem sentido, quando a gente compreende que para os camponeses do Nordeste a morte é que conta, não a vida, desde que, praticamente a vida não lhe pertence. Dela, eles nada tiram, além do sofrimento, do trabalho esfalfante e da eterna incerteza do amanhã: da ameaça constante da seca, da polícia, da fome e da doença. (Castro,1967, p. 24).

**Figura 2.** Engenho Galileia – Vitória de Santo Antão



Fonte: [diariodepernambuco.com.br](http://diariodepernambuco.com.br) (2019).

Nesse sentido, as Ligas Camponesas nascem de necessidade maior de uma classe abastada que sempre na história teve seus direitos renegados. Com a Liga, os camponeses ressignificaram a luta pela terra e por melhorias de vida na busca por dignidade e cidadania na luta pela derrubada de mais de quatro séculos de regime agrário de tipo feudal português, transformado em latifúndio, hoje renovado pelo agronegócio.

Foi, portanto, pensando em reivindicações dos direitos espoliados. Bem com o desejo de se organizarem para lutar contra a exploração do regime agrário reinante, que os humildes camponeses do Engenho Galiléia fundaram as Ligas Camponesas. (Castro, 1967, p 28).

Castro (1967), faz uma comparação da organização das Ligas Camponesas com as primeiras tentativas da Ligas Camponesas da Idade Média, criada também pelo campesinato europeu como um instrumento de luta contra os servos e contra a opressão intolerável dos príncipes e dos barões feudais. As primeiras ações da Liga foram voltadas para a assistência e organização do campesinato em campanhas, denúncias e agitação com intuito de chamar atenção das questões agrárias tratada pela imprensa nas páginas policiais com uma questão política e social (Abreu e Lima, 2012).

Sendo assim, a base social do movimento, foi formada por minifúndios, arrendatários, posseiros, moradores de engenhos e fazendas que reivindicavam o direito à terra e a permanência nela. Nessa perspectiva, a Liga se organizou por escalas locais, regionais e nacionais. Instigando a luta pela terra no Brasil, incomodando a classe senhorial da terra e explodindo no país uma ideia de uma nova sociedade, forjada pela luta organizada do campesinato.

Segundo Abreu e Lima (2012), nos anos 1962 as Ligas congregavam cerca de dez mil associados e quarenta delegacias espalhadas pelo Estado de Pernambuco, destacando algumas regiões mostrada no quadro abaixo.

**Quadro 1.** Organização da Liga em Pernambuco- Década de 1960

<b>Zona da Mata</b>	<b>Agreste</b>
Vitória de Santo Antão	Caruaru
Cortês	Bezerros
Paudalho	Gravatá
Goiânia	Belo Jardim
Escada	Bonito
	Pesqueira
	São Bento do Una
	Buíque
	Limoeiro
	Barra da Guarabira
	Orobó

Fonte: Lins, 1987. Adaptado pelos autores da pesquisa, 2024.

Percebe-se através do quadro que a influência das Ligas Camponesas se desenvolveram de forma mais intensa na região do agreste e Zona da mata pernambucana. A priori, eram nessas regiões onde se concentravam as grandes estruturas fundiárias, sobretudo, por meio dos engenhos, usinas dos latifundiários. Além o estado de Pernambuco, a Liga também se espalhou pelo território da Paraíba.

Levando a bandeira vermelha da luta e ideais de liberdade do Nordeste pelos quatros cantos deste país. “Em qualquer estado do Nordeste, mesmo onde a Liga não (fora) fundada, (era) comum uma



camponês injustiçado dizer para o capataz ou para o patrão: Graças a Jesus Cristo, a Liga vai chegar. Será nossa liberdade” (Andrade, 1994).

No início dos anos 60 aconteceu o primeiro Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas. Esse evento aconteceu na cidade de Belo Horizonte – Minas Gerais em novembro de 1961. Foi nesse congresso, onde houve o racha da Liga dos Camponeses com o PCB, pois os camponeses não aceitavam e nem acreditavam no modelo de reforma agrária defendida pelo PCB.

Esse modelo, foi considerado parcial e tecnicista no qual, consistia na desapropriação das terras pelo Estado e das grandes propriedades no loteamento de terras entre os agricultores sem terra ou com pouca terra a preços módicos para os pequenos proprietários. A liga defendia uma reforma agrária radical, com princípios e estratégias do pequeno campesinato na luta pela terra, desse modo, pela primeira vez no congresso foi levantado a bandeira pelos camponeses “Reforma Agrária na lei ou na marra”. Depois desse evento, houve o desligamento total das Ligas camponesas com o PCB (Abreu e Lima, 2012).

**Figura 3.** I Congresso Nacional de Lavadores e trabalhadores Agrícolas – 1961



Fonte: memorialdademocracia.com.br

Esse rompimento, foi uma tentativa pós-congresso para tentar criar o primeiro movimento de luta pela terra nacional. A direção do PCB brasileiro era dirigida por Luís Carlos Prestes, que estava com uma opinião limitada, no qual pensava que a principal luta era sobre os assalariados rurais e não sobre a reforma agrária. Os revisionistas afirmavam que o Brasil era capitalista e não precisava mais fazer reforma agrária, e isso prejudicou o movimento de luta pela terra e atrasou a unidade nacional por décadas. Nesta época, as Ligas de Pernambuco e Paraíba eram as mais avançadas.

Francisco Julião e João Pedro Teixeira não aceitaram as opiniões atrasadas do PCB brasileiro e também não souberam preparar um processo mais radicalizado no campo, porque tinham ilusões de pequenos burgueses de luta pacífica. O PCB brasileiro não acreditava que a reforma agrária era uma pauta nacional, que o Brasil era capitalista e tinha apenas que organizar a luta sindical pelos direitos dos assalariados rurais.

As ligas se colocaram como radicais, contudo, na maneira de ver a tática usada no processo de revolução brasileira, que seria a luta armada (Abreu e Lima, 2012). Desse modo, a Liga tentou

incorporar as experiências da Revolução Cubana por meio da teoria das guerrilhas, o movimento procurou criar uma organização camponesa mediante a possibilidade de um enfrentamento maior a estrutura fundiária brasileira por meio de luta continuada e armada quando necessário.

E as Ligas Camponesas foram assim tomando corpo e ganhando nova alma. Começaram a assustar seriamente o Nordeste inteiro, como se fossem uma espécie de dragão ameaçando engolir toda a terra dos grandes proprietários do Nordeste e destruir a paz, a ordem e a riqueza de quem sempre gozaram esses proprietários tão amantes da ordem. Nessa onda de violências, de mistificações e das falsas interpretações no choque entre as aspirações populares e as resistências conservadoras, ambas radicalizadas ao extremo, as Ligas foram criando raízes, projetando a sombra de suas verdes esperanças e de suas negras ameaças, pelo país inteiro. (Castro, 1967, p. 33).

As Ligas se espalharam pelo país defendendo a luta pela emancipação das massas camponesas, na ruptura do velho Estado feudal. Logo essa ideia de transformação social tornou-se não apenas uma ameaça as estruturas senhoriais do Nordeste brasileiro, mas da América por causa de falsas interpretações sobre o movimento, manchetes que causavam o terror, principalmente propagandeada pelos Estados Unidos sobre o Nordeste brasileiro e a presença da Liga dos Camponeses Pobres. Sendo uma tentativa dos EUA de evitar o que eles denominavam de “bolchevização do continente”, estereotipando e marginalizando o movimento como um grande ameaçador da tranquilidade do mundo.

O Nordeste é notícia no período 1955-1964, que compreende desde a transformação das Ligas Camponesas em um amplo instrumento de organização e luta dos trabalhadores até o golpe militar, tornou o Nordeste objeto de incontáveis reportagens na imprensa nacional e mesmo internacional. (Montenegro, 2004, p. 9).

Com o golpe militar, o país passou por uma grande mudança na conjuntura político-ideológica, marcada pelo poder militar hegemônico e opressor, que sufocou as lutas dos movimentos e pastorais sociais por todo o Brasil. O movimento de luta pela terra foi um dos mais atingidos durante a ditadura militar. Muitos militantes sofreram perseguições e foram mortos simplesmente por acreditar em ideias que iam contra o sistema. Dessa forma, as Ligas Camponesas durante a foram silenciadas durante o período da ditadura. A CIA e os militares brasileiros justificaram o golpe como uma forma de impedir o "golpe comunista de João Goulart" pois, ele queria fazer uma verdadeira reforma agrária no Brasil. Montenegro (2004).

Quando deram o golpe, as terras do engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão-PE, foram invadidas pelo exército e muitos camponeses foram presos e torturados. Com isso, a Liga Camponesa foi a primeira organização a ser atacada pela ditadura militar, na tentativa de impedir a organização unificada da massa camponesa pelo país.

Neste período, cresceu com forte apoio das classes exploradoras aos os movimentos sociais religiosos e aos sindicatos controlados por representantes do Estado, causando impedimento das posições radicais para uma transformação social profunda no país, mantendo acesa as ilusões políticas com os processos eleitorais viciantes promovidos pelas oligarquias agrárias centenárias

Contudo, as primeiras Ligas Camponesas surgem como uma chama que incendiou do Nordeste para o Brasil a luta pela o direito a terra e organização das massas camponesas para a permanência na terra. Porém, a classe camponesa até hoje é diminuída e desfavorecida pelo Estado, que de fato nunca viabilizou políticas capazes de cuidar e oportunizar os pequenos camponeses pobres do Brasil.

## O TERMO CAMPONÊS

A luta pela terra é também uma luta entre classes, entre diferentes interesses e usos da terra, no qual, uma sai como vencedora. “Luta de classes, uma classe triunfa e outra é eliminada. Assim é a história da civilização há milhares de anos. Interpretar a história a partir desse ponto de vista é materialismo histórico; sustentar o ponto de vista contrário é idealismo histórico” (Mao Tsetung, 2016, p. 07).

É notório que a classe do campesinato é formada por um conjunto de identidades e vivências com a terra que atravessam séculos. Esses modos de vidas reproduzem também resistência e resiliência, visto que, em todas as grandes organizações populares que existiram no mundo, houve a participação efetiva da classe camponesa que, junto aos operários, formaram frente ao processo revolucionário que marcou toda a história da humanidade.

Existe um debate profundo sobre a existência da classe camponesa dentro da própria academia. Esse termo “camponês” está sendo apagado ou desconsiderado, pois alegam que neste mundo do período técnico-científico-informacional, os camponeses foram extintos e passaram a ser enxergados como agricultores familiares. É mais fácil dentro do modo de produção capitalista aceitar palavra agricultor ou micro empresário do campo, do que o campesinato, pois a figura do camponês está ligado a um processo de luta e organização e identidade de uma classe social. O grande capital quer apagar esse sentimento de pertença desse povo, e, por esse motivo, reformula e cria projetos para o campo com objetivo de alienar essa classe, tirando-lhes o sentimento de pertença dos seus territórios.

Esse debate sobre a destruição do termo camponês se desenvolve por meio de três caminhos: o primeiro é chamado de “farmerização” do campesinato do tipo norte-americana. Seria uma mecanização do campo por meio do modo de produção capitalista. O segundo caminho é o processo de modernização do latifúndio, no qual, os latifundiários se modernizariam por meio da introdução de maquinários e insumos modernos que levaria uma evolução de latifúndio para empresa rural capitalista na tentativa de uma homogeneização do campo e os camponeses tornariam indivíduos assalariados vendendo sua força de trabalho a serviço do grande capital. O terceiro é a chamada “permanência das relações feudais” por meio de um dualismo no campo, no qual temos de um lado, as relações capitalistas, do setor urbano industrial, e de outro, as relações semifeudais, pré-capitalistas.

Segundo Oliveira (2007), esse processo de dualismo no campo passaria por três fases:

- a) Destruição da chamada “economia natural” a criação do produtor individual a separação do camponês para pequeno agricultor família, vínculos e hierarquias comunitárias tradicionais;
- b) Introdução da economia de mercado, essa fase se caracteriza pela separação da indústria rural e agricultura, agora o camponês visto como um agricultor individual é forçado a abandonar a pequena indústria e se inserir no mercado.
- c) Endividamento do camponês (agricultor individual), essa fase é marcada pelo processo de acesso a empréstimos, e muitas vezes o agricultor não consegue pagar o dinheiro por causa do baixo valor recebido pela venda do seu produto. Ele fica endividado, e desse modo, vende sua propriedade e sai do campo, tornando-se um trabalhador assalariado do grande mercado capitalista.

A categoria “camponês, ainda em construção no Brasil, mas em desuso na produção literária da academia, refletiria não apenas a sua condição de assalariado do campo, mas a dimensão das suas ações em contraposição ao sistema capitalista. Não se trataria de agricultores familiares, pequenos produtores rurais, assalariados do campo, na

acepção comumente utilizada, mas uma visão política do papel desses trabalhadores frente às elites econômicas tanto do campo como da cidade. Daí ser considerados em construção, tendo em vista que historicamente, o termo camponês foi “apagado” não apenas na literatura, mas a tentativa de excluir do imaginário dos trabalhadores. Identifica-los como fazendeiro, pequeno proprietário rural, produtor familiar, produtor agrícola etc.; seria semelhante que o colocar na lógica capitalista de produção. (Lúcio, 2009, p. 29).

Nesse sentido, colocar o camponês como um agricultor familiar é uma tentativa de enquadramento aos modos capitalistas, que tem como motor desse período atual o consumo, o dinheiro e a competitividade, fruto de um imperialismo perverso que busca homogeneizar os homens e o mundo. Segundo Santos (2011), o dinheiro e a competitividade trazem o sentimento de individualismo e retrocedem o homem em suas relações sociais. Desse modo, o camponês visto como um microempreendedor fragmenta suas relações com a vivência na terra. Ser camponês é resistir e gerar uma contraposição a ordem vertical, é pensar e viver no espaço rural do seu modo, fortalecendo a lógica da solidariedade das possibilidades de um campo para viver, trabalhar e sobreviver

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório que a luta camponesa por direitos, sobretudo, pela terra é secular. Passamos por um longo processo de exploração do trabalho escravizado, iniciando com os povos originários e em seguida, com os povos negros africanos, povos estes que formaram a classe camponesa. O território sempre foi disputado pelo grande latifúndio, que usurpou há gerações o direito à terra aos marginalizados e a toda classe camponesa brasileira.

As primeiras Ligas Camponesas na década de 1950 e 1960 foram muito importantes, pois representaram as primeiras lutas e organizações dos movimentos de luta pela terra no Brasil, que enfrentaram a estrutura fundiária agrária brasileira, sobretudo a militar no nosso país.

O Nordeste foi o berço das Ligas dos camponeses, e até hoje é um território marcado pelo processo de lutas constantes. A pesquisa traz alguns resultados de análise de documentos sobre a temática com intuito de contribuir para o debate através de um olhar geográfico sobre a organização das primeiras Ligas Camponesas no Brasil, destacando o papel e importância desse movimento na valorização da classe camponesa que durante muitos anos o conceito camponês foi negado e imposto outros parâmetros que não cabe para esse povo.

É importante salientar que a luta camponesa é uma luta legítima e que se faz presente no Brasil há anos através de uma classe, a partir de movimentos que levam a bandeira da luta e resistência na terra, “terra para quem nela vive e trabalha”, este é o lema. As Ligas Camponesas foi um importante movimento nordestino, que desafiou a estrutura fundiária deste país, na busca por justiça e terra aos camponeses sem terra ou com pouca terra. Desse modo, esse trabalho traz uma relevância para os estudos agrários do Brasil.

## REFERÊNCIAS

ABREU E LIMA, Maria do Socorro. Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos e projetos. Recife Editora Universidade Federal de Pernambuco, 2012. 269 p.

ANDRADE, Manuel Correia de. História camponesa no Nordeste. São Paulo: Ática, 1989.

AZEVEDO, Fernando A. As Ligas Camponesas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

ATLAS BRASIL AGRÁRIO. Estrutura Fundiária. Disponível em: [http://www.atlasbrasilagrario.com.br/con\\_subcat/estrutura-fundiaria](http://www.atlasbrasilagrario.com.br/con_subcat/estrutura-fundiaria). Acesso em: 21 jul. 2024.

BEZERRA, Juliana. Capitânias Hereditárias. Toda Matéria. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/capitanias-hereditarias/>. Acesso em: 21 jun. 2024.

BEZERRA, Juliana. Escravidão no Brasil. Toda Matéria. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/escravidao-no-brasil/>. Acesso em: 21 jun. 2024.

CASTRO, Josué de. Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço. 1. ed. São Paulo: [s.n.], 1961.

CASTRO, Josué de. Sete palmos de terra e um caixão: ensaio sobre o Nordeste. Área explosiva. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1967.

CAVALCANTI, Paulo. A luta clandestina. 4º vol. Recife: Guararapes, 1982.

FREITAS, Décio. Palmares: A Guerra dos escravos. São Paulo: Editora Graal, 1978.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005. 338p.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. Boletim Campineiro de Geografia, v. 2, n. 3, p.

LIRA, Fernando José de. Formação da riqueza e da pobreza em Alagoas. Maceió: Edufal, 2007.

LOPES, Reinaldo José. 1499: o Brasil antes de Cabral. 1. ed. Rio de Janeiro: HarperCollins, 2017.

MONTENEGRO, Antônio Torres. Artigos: as Ligas Camponesas às vésperas do golpe de 1964. PUC-SP, 2, p. 391-416, dez. 2004.

LÚCIO, Antônio Barbosa. Apud in: Revista Sociedade, Educação e Poder, Universidade Estadual de Alagoas. O movimento camponês e a luta pela terra em Alagoas: poder, estado e reforma agrária. Arapiraca, 2010. p. 29-45.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária. São Paulo: Labor Edições, 2007. 184 p.

PRADO JR, Caio. A história econômica do Brasil. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2011.

PERRONE-MOÍSES, Beatriz; SZTUTMAN, Renato. Notícias de uma certa Conferência Tamoio. São Paulo: Scielo, 2010.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria L; O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005. 482 p.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 20. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011. 174 p.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2012. 384 p.

TSETUNG M. Citações do Presidente Mao Tsé-tung. Seara Vermelha. Brasil. 2016.

TODA MATÉRIA. Sesmarias. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/sesmarias/>. Acesso em: 21 jun. 2024.

Link da imagem 1: <https://riomemorias.com.br/memoria/os-tamoios/>.

Link da imagem 2: <https://nossavitoriape.com/2019/01/galileia-e-a-luta-para-preservar-a-historia-das-ligas-camponesas.html>.

Link da imagem 3: <https://memorialdademocracia.com.br/card/reforma-agraria-na-lei-ou-na-marra>.